

Serviços a preços abaixo do mercado

Reprodução

MARCELO DE MORAES e
CATIA SEBRA

BRASÍLIA — Cada senador tem direito a gastar R\$ 4.062 por ano — o que dá uma média de R\$ 338,5 por mês — em impressos da gráfica do Senado. Esse valor não seria suficiente para imprimir todo o material que desejam se usarem os serviços de gráficas particulares. Assim, a grande vantagem oferecida pela gráfica é que seus preços são extremamente em conta, permitindo que o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) conseguisse rodar cerca de 130 mil calendários por R\$ 1 mil, segundo cálculo preliminar feito pelo senador Júlio Campos (PFL-MT), primeiro-secretário e responsável pelo Centro Gráfico do Senado (Cegraf). Neste caso, cada calendário teria custado irrisórios R\$ 0,007. Na gráfica Auriverde, no Rio, 500 calendários (com cachorrinho no verso) custam R\$ 55, o que dá R\$ 0,11 a unidade.

Os vantajosos preços do Cegraf acabam impressionando. Um cartão de apresentação custava em maio 0,03 URVs (R\$ 0,03) a unidade. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) imprimiu 900 cartões, o que é permitido pelo regulamento do Cegraf, ao preço de R\$ 35 URVs (R\$ 35). No Rio, a gráfica Portinho Cavalcanti cobra por 500 cartões de visita R\$ 37 (R\$ 0,074 cada, mais que o dobro do preço do Cegraf). Na Iarte, que trabalha com offset, cem cartões custam R\$ 94 (R\$ 0,94 cada). Na gráfica Auriverde, 500 cartões custam R\$ 40 (R\$ 0,08 a unidade).

Outras publicações, mesmo com o uso de cores, também têm preços impressionantes. Uma separata de 16 páginas custou 0,0098 URVs a unidade no mesmo período. Um papel timbrado com o carimbo da Câmara ou do Senado custava 0,02 URVs a unidade. Todo esse material foi impresso respeitando as normas de funcionamento do Cegraf.

O senador Márcio Lacerda (PMDB-MT) usou entre abril e junho parte da sua cota para imprimir cem livros com a Lei Eleitoral. O preço orçado pelo Cegraf na época foi pouco supe-



Cadernos escolares impressos no Cegraf: marketing político de senadores

rior a 44 URVs (R\$ 44). Ou seja, a impressão de cada livro, que também obedece às normas do Cegraf, não ultrapassou o custo de R\$ 0,44. Na Iarte, no Rio, dois mil livrinhos de 20 páginas custam R\$ 1.731. Cada um custa R\$ 0,86. Na Auriverde, 500 livros de encadernação simples com 16 páginas custam R\$ 350, ou R\$ 0,70 cada.

Com os custos subsidiados dessa maneira, os senadores podem imprimir material suficiente sem nunca ultrapassarem o limite das suas cotas. A alegação do Cegraf para valores tão baixos é que a maior parte desse material já está estocado há muito tempo no Senado e o preço aplicado acaba sendo uma

média do equivalente ao custo da época de aquisição.

A polêmica sobre o que o Cegraf — um dos maiores e mais modernos parques gráficos de Brasília — pode ou não pode imprimir é antiga. Em 1983 já havia uma resolução proibindo que senadores e deputados o usassem para imprimir publicações que não fossem as de interesse parlamentar. O relatório de atividades em 1987 mostra que a gráfica, apesar de ter imprimido material para 32 órgãos da administração federal, a preços de mercado, acabou o exercício no vermelho. Na mesma ocasião, coincidentemente, os gabinetes da maioria dos senadores ficaram atulhados de materiais impressos no Cegraf.